

2100723

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

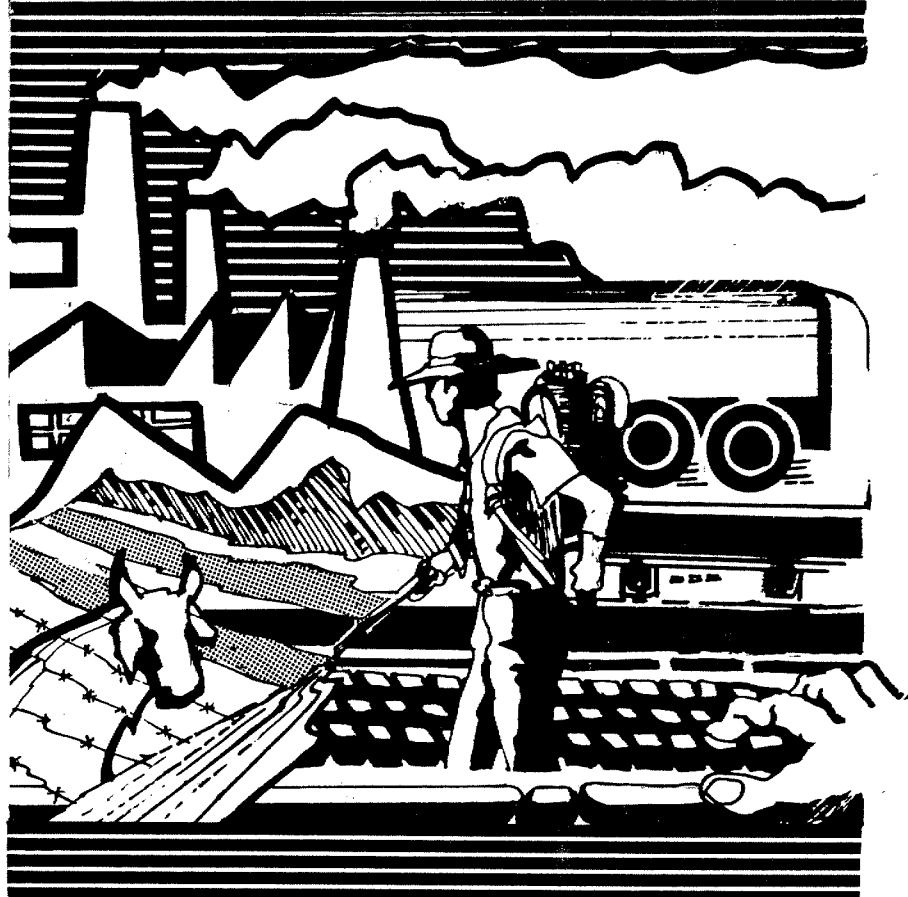
Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico

Secretaria de Estado
de Ações Estratégicas
e Planejamento



**Instituto
Jones
dos
santos
neves**

PROJETO: INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO



município:

BARRA DE SÃO FRANCISCO

**PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO
E LEVANTAMENTO
DAS OPORTUNIDADES
DE INVESTIMENTOS**

RELATÓRIO PRELIMINAR

PROJETO: INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
— PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E LEVANTAMENTO DE
OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO
MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
(RELATÓRIO PRELIMINAR)

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROJETO: INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
— PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E LEVANTAMENTO DE
OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO
MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
(RELATÓRIO PRELIMINAR)

VITÓRIA, JULHO/1992

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Albuíno Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Paulo Augusto Vivácqua

SECRETARIA DE ESTADO E AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO
Luiz Paulo Vellozo Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

Luciene Maria Becacici E. Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS

Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jussara Maria Chiappane

GERENTE DO PROJETO

Mozart Silva Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Dulce Elisa Vereza Lodi - Administradora

José Jacyr do Nascimento - Historiador

José Saade Filho - Geógrafo

Maria Inês Perini - Assistente Social

Mozart Silva Júnior - Advogado

Ronilda Fatima Zucatelli - Pedagoga

ELABORAÇÃO

José Jacyr do Nascimento

DATILOGRAFIA

Rita de Cassia dos S. Souza

Vera Lúcia M. Varejão

CAPA

Lastenio Scopel

REPROGRAFIA

José Martins

Luiz Martins

MOTORISTA

Paulo Gomes Santana

REVISADO PELA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IJSN

"Vedada a reprodução total ou parcial deste documento sem autorização escrita do IJSN".

APRESENTAÇÃO

A estrutura formal do presente Relatório Preliminar, que contém o Perfil do Município de Barra de São Francisco e a Sistematização das Potencialidades e Oportunidades de Investimentos detectadas pelos agentes locais, inicia-se pela caracterização do Município nos seus aspectos físico-geográficos com breve registro do histórico de sua ocupação e da atual evolução populacional, bem como pela análise da infra-estrutura social.

A dinâmica econômica do Município é analisada pela interação, no território do Município e de sua região, das atividades produtivas relacionadas à Agropecuária, à Indústria e ao setor de Serviços, o que encaminha para uma identificação da situação existente em termos da rede de infra-estrutura urbana e de serviços públicos.

A partir destas informações de caráter sócio-econômico, apresentam-se as demandas por investimentos sugeridas a partir da investigação local e identificadas pelo trabalho de levantamento de campo, organizadas por sua vez também segundo os setores econômicos.

Em síntese, com caráter preliminar para apreciação das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico e de Ações Estratégicas e Planejamento, tendo em vista os objetivos superiores a serem ainda determinados, o presente documento constitui uma sinopse das alternativas de investimento apresentadas pelas lideranças locais, necessitando posteriormente de estudos aprofundados sobre a análise de viabilidades das oportunidades detectadas e no presente trabalho relacionadas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 - METODOLOGIA	11
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL	15
2.1 - ASPECTOS FÍSICOS-GEOGRÁFICOS	15
2.2 - HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO, PARCELAMENTO E USO DO SOLO	16
3. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	23
3.1 - TRANSPORTE	23
3.2 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	24
3.3 - ENERGIA ELÉTRICA	24
3.4 - COMUNICAÇÃO	25
3.5 - TELEFONIA	25
4. ASPECTOS SOCIAIS	27
4.1 - SAÚDE	27
4.2 - EDUCAÇÃO	28
4.3 - CULTURA	29
4.4 - ASSOCIATIVISMO	30
5. ESTRUTURA ECONÔMICA	31
5.1 - ASPECTOS GERAIS	31
5.2 - SETOR PRIMÁRIO	31
5.2.1 - PECUÁRIA	32

5.3 - SETOR SECUNDÁRIO	34
5.4 - SETOR TERCIÁRIO	34
6. ASPECTOS AMBIENTAIS	36
7. POTENCIALIDADES LOCAIS/OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO	39
7.1 - ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS	39
7.1.1 - VILA INDUSTRIAL	39
7.1.2 - GERENCIAMENTO, INCENTIVOS E VANTAGENS	40
7.1.3 - ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	41
7.1.4 - OUTROS INCENTIVOS	41
7.1.5 - APOIO INSTITUCIONAL	43
7.1.6 - MÃO-DE-OBRA	45
7.1.7 - APOIOS INFRA-ESTRUTURAIS	46
7.2 - POTENCIALIDADES AGROPECUÁRIAS	50
7.2.1 - CAFÉ	50
7.2.2 - OUTRAS CULTURAS	52
7.2.3 - ALTERNATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	53
7.2.4 - FRUTICULTURA	54
7.2.5 - PISCICULTURA	55
7.3 - POTENCIALIDADES INDUSTRIAIS	56
7.3.1 - INDÚSTRIAS	56
7.3.2 - AGROINDÚSTRIAS	57
7.4 - POTENCIALIDADES TURÍSTICAS	60
DOCUMENTOS CONSULTADOS	61
ANEXOS	63

RELAÇÃO DE MAPAS*

- MAPA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 - . Infra-Estrutura Básica
 - Escala 1:500.000

- MAPA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 - . Aspectos Naturais
 - Escala 1:500.000

- MAPA BÁSICO DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
 - Escala 1:50.000

*Os mapas acima relacionados estão encadernados em **um volume a parte**, como complementação deste trabalho, para possibilitar seu melhor manuseio.

1.

INTRODUÇÃO

No período recente do desenvolvimento econômico brasileiro, notadamente durante o chamado **milagre econômico**, as transformações introduzidas na economia do País refletiram-se sobre o espaço capixaba. Verificaram-se a desestruturação do modelo agroexportador, baseado no café, e a inserção, embora tardia, do Espírito Santo no modelo urbano industrial da economia nacional.

A acentuada canalização de recursos de investimentos dos governos estadual e federal nos denominados **Grandes Projetos** alterou a rede urbana do Estado, resultando na rearticulação e especialização dos diversos espaços locais e regionais do território capixaba, e caracterizando um desenvolvimento concentrado na região da Grande Vitória, com concentração progressiva da população, e no eixo dinâmico do litoral norte do Espírito Santo, acompanhado de um esvaziamento econômico das cidades interioranas.

Patrocinados pelos agentes de um desenvolvimento baseado em grandes unidades produtoras, considerados capazes de alavancar a economia capixaba e integrá-la na economia da região sudeste do País, os governos estaduais pouco atinaram para conseqüências de longo prazo resultantes dessa estratégia desenvolvimentista. Esses projetos de grande impacto, voltados para o mercado externo, tiveram uma baixa integração com o restante da economia capixaba em função da pequena expressividade dos capitais nativos e por se caracterizarem como investimentos de altíssima relação capital/mão-de-obra, gerando uma concentração da renda e do emprego. As vantagens fiscais de que desfrutaram e o alto nível de investimentos exigidos para viabilizar a infra-estrutura drenaram recursos necessários também para os investimentos na manutenção e ampliação de

uma rede de serviços públicos indispensáveis ao atendimento das demandas crescentes do processo acelerado de urbanização.

O atual governo estadual, preocupado com a promoção do pleno desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, está buscando articular os interesses dos grupos econômicos, vinculados aos projetos de impacto da economia capixaba, com os interesses públicos (prefeituras e Estado). Esta articulação visa buscar o desenvolvimento no interior do Estado, identificando oportunidades de investimento capazes de viabilizar o crescimento econômico equilibrado, com o objetivo de superar as desigualdades regionais. O presente projeto de interiorização do desenvolvimento procura vincular alternativas de crescimento econômico ao pólo dinâmico da economia capixaba, numa relação de interação sócio-econômico capaz de fundamentar possibilidades de desenvolvimento em curso nas regiões onde ele já se processa, estimular o crescimento em regiões não desenvolvidas e promover a desconcentração econômica da Grande Vitória.

A interiorização do desenvolvimento capixaba pressupõe, portanto, as ações de governo que possam desconcentrar investimentos e descentralizar decisões, através de um elo integrador de todos os setores governamentais. O presente PERFIL MUNICIPAL de Barra de São Francisco constitui um produto preliminar à elaboração de tais políticas alternativas de desenvolvimento, traduzindo para os agentes sociais e econômicos as demandas de investimento que poderão contar com a atuação das iniciativas pública e privada, sinalizadoras de novas possibilidades e indutoras de novas potencialidades, visando o desenvolvimento harmônico e socialmente equilibrado do Estado do Espírito Santo.

1.1 - METODOLOGIA

O procedimento metodológico adotado para apreensão da realidade sócio-econômica dos municípios capixabas, dentro do Projeto de Interiorização do Desenvolvimento, envolveu a concretização dos seguintes momentos:

1º MOMENTO: TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES SECUNDÁRIAS

Organização, classificação e análise das informações sócio-econômicas disponíveis sobre os municípios.

2º MOMENTO: LEVANTAMENTO DE CAMPO

Desenvolvimento de entrevistas nos próprios municípios, identificando os atores sócio-políticos e as agências governamentais que exercem influência no poder local, visando a coleta de informações primárias.

3º MOMENTO: TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Cruzamento das informações secundárias e dos dados levantados em campo, com tratamento analítico da realidade sócio-econômica municipal apreendida.

4º MOMENTO: CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

Elaboração dos perfis analíticos de cada um dos municípios capixabas, distribuídos pelas microrregiões homogêneas.

Sistematização das Potencialidades e Oportunidades de Investimentos em cada município, identificadas pelos agentes sócio-políticos locais.

5º MOMENTO: ELABORAÇÃO DO PRODUTO FINAL

Elaboração e apresentação para cada Município, segundo sua microrregião, do documento final: Perfil Sócio-Econômico do Município e Levantamento das Oportunidades de Investimento.

6º MOMENTO: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Divulgação do documento final junto às agências governamentais e entidades privadas, sobre as alternativas de investimentos sistematizadas pelo trabalho.

Envolvimento da SEDES, para viabilidade de estudos necessários às posteriores escolhas de alternativas.

Durante o desenvolvimento do 2º momento da metodologia acima descrita, foram entrevistados os atores sócio-políticos locais e representantes de agências governamentais, a seguir relacionados:

RELAÇÃO NOMINAL DOS AGENTES LOCAIS ENTREVISTADOS

NOME/FUNÇÃO:

José Honório Machado

. Secretário Municipal de Indústria e Comércio

Escritório local da EMATER

. Marivaldo Araújo Silva - Chefe do Escritório Local

. Dante de Moraes Santos - Técnico Agrícola

Paulo Roberto Rodrigues

. Assessor Especial da Secretaria Municipal de Saúde

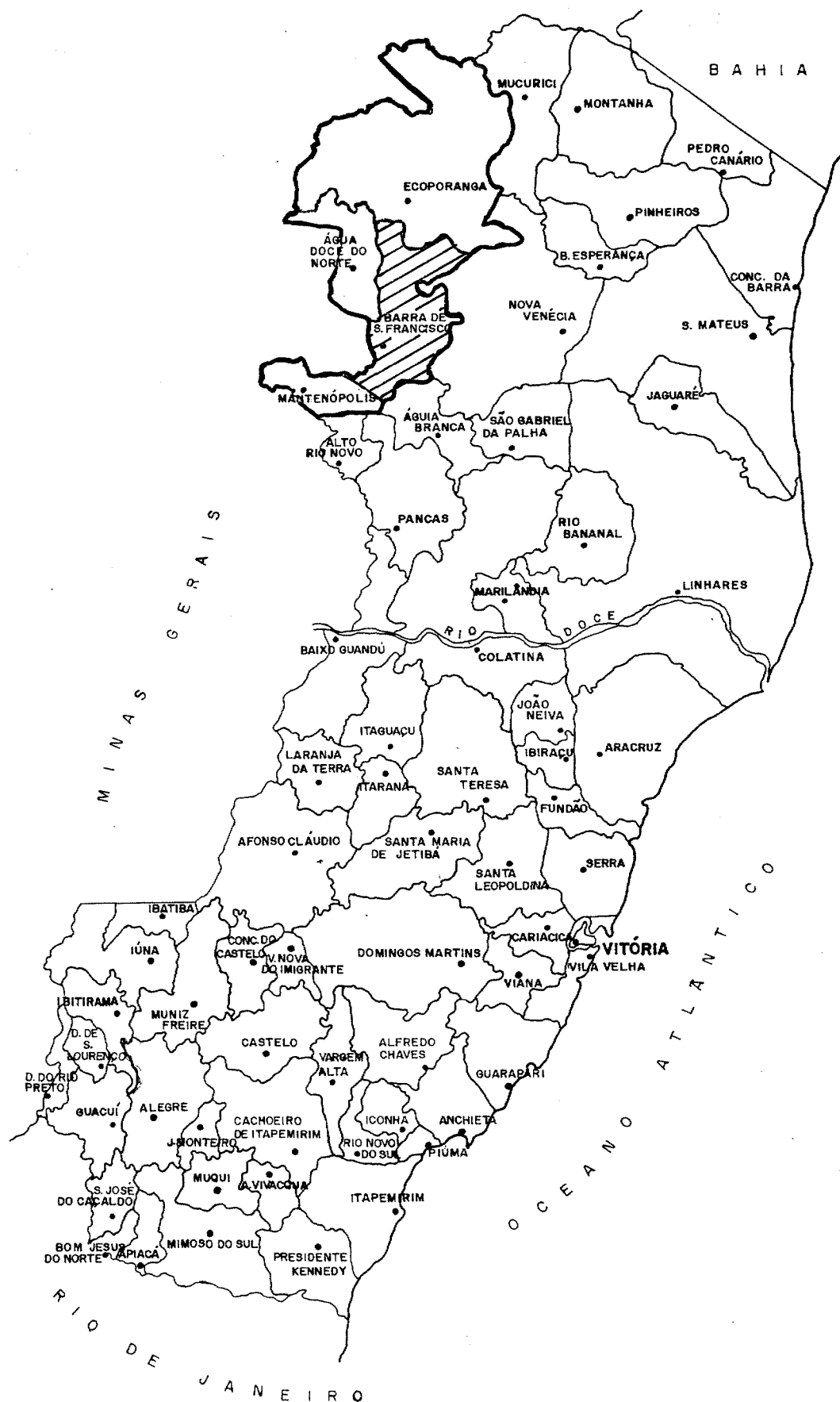
Luzedir Almeida

. Tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de São Francisco.

Visita feita nos dias 12 e 13 de maio de 1992.

Ao ensejo da conclusão do presente relatório, a equipe técnica do Instituto Jones dos Santos Neves quer registrar os sinceros agradecimentos às pessoas acima citadas, que pela sua vivência e conhecimento da realidade local contribuíram significativamente para a elaboração do presente trabalho.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



ESC. APROX. : 1/1805.000

ANO : 1988

COPLAN/DAM
DES.: MÁRIO

PARTE I

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

2.

CARACTERIZAÇÃO GERAL

2.1 - ASPECTOS FÍSICOS-GEOGRÁFICOS

O atual Município de Barra de São Francisco, ocupa uma área de 769Km², representando 1,68% do Estado do Espírito Santo. Está localizado a noroeste do território capixaba, dentro da MRH-001 - Barra de São Francisco (Divisão da FIBGE), fazendo limites geográficos com os seguintes municípios: ao norte com Ecoporanga, ao sul com Mantenópolis e Águia Branca, ao leste com Nova Venécia e ao Oeste com Água Doce do Norte e Mantena na divisa com o Estado de Minas Gerais.

Apresenta uma topografia variando de fortemente ondulada a montanhosa, com altitude entre 200m na sede e 600m para os pontos mais altos do município, localizados nos distritos de Cachoeirinha de Itaúnas, Monte Sinai e Poranga. A fertilidade oscila de baixa a alta com PH de 5,0 a 6,5. As médias anuais de precipitação têm atingido nos últimos anos 851mm de chuvas, com maiores ocorrências nos meses de outubro a janeiro. Predomina, como característica dos solos o latossolo vermelho amarelo (LVD5), de acordo com o mapa de solos do Espírito Santo. A temperatura mínima registrada é 13°C, a média de 23,5°C e a máxima de 34°C.

O município é formado por (07) sete distritos, assim distribuídos: Sede, Paulista, Monte Sinai, Poranga, Santo Antônio, Itaperuna e Cachoeirinha de Itaúnas.

2.2 - HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO, PARCELAMENTO E USO DO SOLO

As primeiras clareiras abertas na floresta densa que caracterizava o revestimento de suas terras e a formação das primeiras lavouras de café, datam de 1929, um ano após a construção da ponte sobre o rio Doce, empreendimento intimamente ligado ao desenvolvimento da zona cafeeira ao norte do Espírito Santo. Entre os precursores do desbravamento da região destacam-se, Cleto Cíciliano de Paula Sobrinho, Francisco Fernandes de Jesus, Joaquim Lino dos Santos, Manoel Gonçalves Ferreira e João de Freitas.

Com o afluxo contínuo de lavradores em busca de terras devolutas e férteis, nasceu, na confluência dos rios Itaúnas e São Francisco, o aglomerado com o nome primitivo de Patrimônio de São Sebastião, mais tarde elevado a sede do distrito (Lei 9.222, de 31 de março de 1938) com a denominação de Barra de São Francisco. Era São Mateus a sede do município. Cinco anos depois, ou seja, em 1943 (Lei 15.177, de 31 de dezembro), já gozando de certa estabilidade econômica, desligou-se definitivamente de Barra de São Francisco. A sua instalação ocorreu, todavia, em 01 de março de 1944. Em 27 de dezembro de 1947, foi elevado à categoria de comarca e teve como primeiro Juiz o Dr. Taurion da Rocha Pimentel.

O topônimo Barra de São Francisco origina-se do fato de estar o sítio da cidade localizado na confluência dos rios São Francisco e Itaúnas.

A estrutura agrária do município apresenta-se de maneira complexa em seus vários estratos de áreas das propriedades, bem como das relações de trabalho existentes.

O predomínio das propriedades, encontra-se no estrato de 00 a 100ha, num total de 1.528 estabelecimentos agrícolas de um total de 1841, com predominância para as propriedades de 10 a 100ha, conforme quadro a seguir:

DIMENSÕES DAS PROPRIEDADES

CLASSE DE ÁREA(ha)	TOTAL DE PROPRIEDADES	ÁREA (ha)
De 00 até 10	484	2.506
De 10 até 100	1.216	48.601
De 100 até 1000	138	30.038
De 1000 até 10.000	03	4.012
TOTAL	1.841	85.157

Fonte: EMATER - Diagnóstico Municipal - 1992.

REGIME DE PROPRIEDADES

PRODUTOR	QUANTIDADE
Proprietários	1.511
Arrendatários	92
Parceiros	77

Fonte: EMATER - Diagnóstico Municipal - 1992.

DADOS GERAIS

LEI DE CRIAÇÃO Nº265/49

INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO: 01/03/1944

DIA CONSAGRADO: 13 de OUTUBRO

NOME PRIMITIVO : PATRIMÔNIO DE SÃO SEBASTIÃO

LEIS DE LIMITES MUNICIPAIS E DISTRITAIS: 1919/64, 4066/88,
4077/88, 4517/91

DISTRITOS	POPULAÇÃO RESIDENTE	
	1980	1991
Sede	17.499	19.854
Cachoeira de Itaúna	2.257	1.621
Itaperuna	1.572	1.277
Monte Sinai	2.715	4.446
Paulista	7.054	5.481
Poranga	1.249	876
Santo Antônio	2.827	2.313
TOTAL	35.173	35.868

Fonte: FIBGE - Censos 80/91

LIMITES MUNICIPAIS

MRH 001

LIMITES MUNICIPAIS (MUNICÍPIOS LIMITRÓFES)

NORTE - ECOPORANGA

SUL - MANTENÓPOLIS E ÁGUA BRANCA

LESTE - NOVA VENÉCIA

OESTE - ÁGUA DOCE DO NORTE E O ESTADO DE MINAS GERAIS

DEMONINAÇÃO	SUPERFÍCIE/ÁREA KM ²	%	EM MIL POPULAÇÃO RESIDENTE	%	HABT/KM ² DENSIDADE DEMOGRÁFICA	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
Estado	45.597		2.598.231		56,98	+ 2,3%
MRH 001	3.730	20,61	86.841	41,30	23,28	- 0,9%
Município	769	1,68	35.868	1,38	46,64	- 0,3%

Fonte: FIBGE - 1991

TOTAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE
MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

ANO	ÁREA KM ²	POPULAÇÃO RESIDENTE	DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB/KM ²	% DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE OS CENSOS
1980	1.252	51.611	41,22	-5,22
1991	769	35.868	46,64	-30,50

Fonte: Censos e 80 e 91 - FIBGE

O que se observa dos dados acima é que, ao se comparar com o censo de 80 e, levando-se em consideração somente a população residente no atual território de Barra de São Francisco, verifica-se um pequeno acréscimo, passando de 35.173 para 35.868.

Entretanto, isso não significa dizer que houve crescimento vegetativo da população, após o censo/91, com a perda de 38,58% de seu território, dá uma taxa de crescimento anual negativa igual a -0,3, contrastando com a taxa de crescimento anual positivo de 5,51 entre as décadas de 70 a 80.

Do total da população do município, aproximadamente 67% vive no meio rural e tem origem nas imigrações italiana e alemã.

HIDROGRAFIA (Principais cursos d'água)

- Rio São Francisco
- Rio Itaúnas (Fonte de captação d'água da CESAN)
- Rio Cricaré ou Braço Sul do Rio São Mateus
- Córrego Boa Vista
- Córrego Rico
- Córrego Poaia
- Córrego Vargem Alegre
- Córrego Baiano (Fonte de captação d'água da CESAN)

- Altitude

200m na Sede

600m para os pontos mais altos do município

- Temperatura

Mínima: 13°C

Máxima: 34°C

Média: 23,5°C

- Solo

Predominância dos Solos Latossolo Vermelho Amarelo (LVD5)

- Fertilidade

Oscilando de baixa a alta, com PH de 5,0 a 6,5

- Precipitação Pluviométrica

Médias anuais nos últimos anos têm atingido 851mm de chuvas com maiores ocorrências nos meses de outubro a janeiro.

SISTEMA VIÁRIO (Principais acessos ao município)

- ES-080 — Liga a sede com as cidades de Águia Branca e Colatina, na direção sul - em asfalto.

Na direção norte, liga a sede, com a cidade de Água Doce do Norte - em pavimentação.

- ES-320 — Liga a Sede com a cidade de Ecoporanga, em estrada pavimentada. A ligação da Sede com Alto Rio Novo (cidade), em leito natural.
- ES-039 — Liga a Sede à localidade de Bananal, na divisa com o Estado de Minas Gerais, seguindo até a cidade de Mantena-MG, em asfalto.

LIGAÇÃO RODOVIÁRIA DA SEDE COM VITÓRIA

- ES-080 — Sede - Águia Branca - Colatina
- BR-259 - Colatina - João Neiva
- BR-101 - João Neiva - Vitória

Nesse sentido, fica evidente o fácil acesso ao município de Barra de São Francisco bem como sua ligação à todo norte do Estado, norte do país e leste de Minas Gerais, favorecido pela BR-381, Rodovia do Café e cerca de 100Km da BR-116 (Rio-Bahia), interligados por rede asfaltada.

O município também está ligado aos principais portos capixabas, por onde se escoam 10% do produto interno bruto do país.

3.

INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

3.1 - TRANSPORTE

O transporte coletivo, no município, é atendido em horários regulares pelas seguintes empresas:

- Viação Águia Branca
- Viação Pretti
- Viação Poranga
- Viação Morete
- Viação Marapé
- Citranstur
- Viação Vargem Alegre

O município criou e implantou a Companhia Municipal de Transporte Coletivo (C.M.T.C.), que mantém em funcionamento 13 (treze) ônibus próprios e 02 (dois) por locação, transportando, em média, 965 diariamente.

3.2 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Conforme o quadro abaixo, pode-se ter idéia do sistema

LOCALIDADE	LIGAÇÕES RESIDENCIAIS	LIGAÇÕES COMERCIAIS	LIGAÇÕES INDUSTRIAIS	LIGAÇÕES PÚBLICAS
Sede	2.923	335	05	36
Vila Paulista	201	14		01
Vila Stº Antônio	65	04		01
Vila Monte Sinai	106	08		01
Vila Vargem Alegre	105	04		01
TOTAL	3.400	365	05	40

Fonte: CESAN - Dezembro/91

3.3 - ENERGIA ELÉTRICA

A Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA), é responsável pelo fornecimento de energia elétrica ao município, no qual encontra-se instalada uma subestação elétrica para atender aos consumidores.

A seguir, um quadro da situação do fornecimento de energia elétrica no município.

	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PODER PÚBLICO	RURAL
Consumidores	3.652	604	54	90	1.122

Fonte: ESCELSA - Outubro/91

3.4 - COMUNICAÇÃO

Existem instaladas e funcionando no município duas emissoras de rádio: Jovem Guarda (FM) e São Francisco (AM) que realizam a cobertura noticiosa do município, bem como dos circunvizinhos, atingindo um total de aproximadamente 350.000 habitantes. Quatro emissoras de televisão - Redes Manchete, Globo, Bandeirantes e SBT, transmitem para o município suas programações, vindo sinais direto do satélite e captado por antena parabólica.

Circulam na cidade os Jornais: **"O Trovão"**, de Mantena-MG, **"Gazeta"** e **"A Tribuna"**, de Vitória, **"Jornal do Norte"** de Barra de São Francisco, e **"A Notícia"**, de Nova Venécia, bem como a revista **"Evidência"**, de Colatina.

3.5 - TELEFONIA

O município é dotado de Serviços de Telefonia, existindo também uma agência dos Correios e Telegráfos na Sede, que opera com sistema de Telex e Rádio Amador utilizando frequências médias.

MUNICÍPIO	USOS							
	RESIDENCIAL	TELEFONES DE NEGÓCIOS	TRONCOS LINHAS E CANAIS	TELEFONE PÚBLICO LOCAL	EXTENSÃO DE TEL. PÚBLICO	FALE FÁCIL	TERMINAIS PARA POSTOS DE SERVIÇOS	TOTAL
B. S. Francisco	692	284	29	22	01	11	19	1.058

Fonte: Relatório Comercial de Terminais - TELEST - Outubro/91.

4.

ASPECTOS SOCIAIS

4.1 - SAÚDE

São os seguintes os números da saúde no município

a) Número de Casa de Saude	01
Nº de Leitos	30
Nº de Enfermarias	04
Nº de Apartamentos	08
b) Número de Hospitais	01
Nº de Leitos	215
Nº de Enfermarias	26
Nº de Apartamentos	12
c) Número de Unidades Sanitarias	07
Sede	01
Vila Poranga	01
Vila Monte Sinai	01
Vila Itaperuna	01
Vila Santo Antonio	01
Vila Cachoeirinha de Itaúnas	01
Vila Paulista	01
d) Número de Ambulâncias Municipais	05
Sede	03
Vila Paulista	01
Vila Monte Sinai	01
e) Número de Ambulância Estadual	01

f) Número de Consultórios Odontológicos	03
Na Unidade Sanitária da Sede	01
Na Unidade Sanitária de Santo Antonio	01
Na Unidade Escolar Erasmo Braga (CIEPS)	01

4.2 - EDUCAÇÃO

O Município de Barra de São Francisco entrou nesta década com um projeto educacional bastante avançado para os padrões de um município do interior.

Com um programa diversificado de atendimento escolar próximo da realidade local, a Prefeitura municipal tem se empenhado em oferecer à sua clientela em idade escolarizável um serviço suficiente e compatível com a demanda existente. Hoje, 9.600 alunos frequentam as escolas, da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus, distribuídos por 228 salas de aula, sendo que 5.394 alunos são da zona rural e 4.206 alunos da zona urbana.

A rede municipal de ensino apresenta os seguintes números:

- . Ensino regular de 1º grau:
- . Escolas de pré-escolar - 06 - 128 alunos
- . Escolas de 1º grau - 28 - 455 alunos
- . Escolas de tempo integral (MEPES) - 1 - 344 alunos

A partir desses números, conclui-se que 927 alunos frequentam as escolas municipais num total de 35.

A escola de tempo integral de 1º grau "**Erasmo Braga**", (MEPES) vem se constituindo numa experiência gratificante, com atividades extracurriculares, a exemplo do cultivo de um "**Hortão Municipal**", que fornece produtos para manutenção alimentar da própria escola e de outras instituições mantidas pela Prefeitura, como a "**Casa do Idoso**" e "**Casa da Gestante**".

A rede particular de ensino conta com 02 escolas de 1º grau e 28 salas de aula atendendo:

Pré-escolar - 121 alunos

1ª a 4ª Série - 290 alunos

5ª a 8ª Série - 134 alunos

4.3 - CULTURA

A criação da Feira de Artes, que se realiza todos os sábados na sede do município, revolucionou a vida cultural da cidade, permitindo que artesãos, pintores e artistas da culinária pudessem mostrar suas qualidades, fazendo florescer manifestações culturais locais.

Outras atividades como coral municipal "Seresta Rua Mineira", "Rua do Lazer", agitam a população, emocionando jovens e adultos, levando muita diversão e fazendo a alegria, principalmente das crianças.

No que se refere à "Casa de Espetáculos", Barra de São Francisco não dispõe de salas de projeção, que em grande medida, foram relegadas em detrimento do advento do vídeo.

Atualmente, a Prefeitura tem projeto para construção de um Centro Cultural do município, fazendo parte da revitalização da antiga Escola Comercial, incluindo a construção de teatro para 150 lugares e a instalação de vários cursos como: Dança, Teatro, Música e Artes Plásticas.

4.4 - ASSOCIATIVISMO

Ainda que de forma relativa, os períodos de "crise" ensejam ou favorecem o nascimento ou a revitalização de algum tipo de organização com objetivos específicos e delimitados.

No caso da Agricultura, os produtores rurais se organizam em 48 associações, tendo como objetivo principal a captação de recursos para o desenvolvimento das atividades dos agricultores. As associações também, vem discutindo junto à COABRIEL, (São Gabriel da Palha), uma forma de parceria, no sentido de garantir preço mínimo do café e a venda em bloco do produto.

Na área urbana existem várias associações de categorias organizadas da sociedade, onde seus representantes são ouvidos mensalmente pelo Prefeito participando das decisões municipais.

5.

ESTRUTURA ECONÔMICA

5.1 - ASPECTOS GERAIS

A atual estrutura econômica do Município ainda depende da produção agropecuária.

Na agricultura, o café e o arroz são suas principais expressões, com tendência para a diversificação agrícola, com a introdução e cultivo de novas culturas.

Na pecuária, destaca-se a bovinocultura de corte e leite.

O setor industrial ainda é incipiente, com tendência à expansão, a partir da implantação da **Vila Industrial**, que se incorpora ao processo de desenvolvimento do Município.

O setor terciário (comércio e serviços) bastante diversificado, atende as demandas básicas da população local, cumprindo importante papel na arrecadação municipal.

5.2 - SETOR PRIMÁRIO

Na área agrícola, conforme pode-se verificar no quadro a seguir, a cultura do arroz é a de maior expressão, fazendo do Município o primeiro produtor do Estado. Seguem-se o café, a laranja e a mandioca como atividades de maior expressão do Município, do ponto de vista da produção.

Barra de São Francisco, de acordo com dados da FIBGE, no quadro a seguir, apresentou em abril de 1992, a seguinte situação na agricultura:

5.2.1 - PECUÁRIA

A atividade pecuária apresenta a seguinte situação: Rebanho de 35.474 cabeças de gado para 747 pecuaristas.

MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - ABRIL/92

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (T)	km/ha (Kg)	PARTICIPAÇÃO DA PROD. MUNIC./ESTADO
Arroz	6.000	9.000	1.500	10,7%
Feijão 1ª safra	500	80	160	0,41%
2ª safra	500	225	450	0,62%
Milho	2.500	1.750	700	0,65%
Tomate	10	600	60.000	0,79%
Açúcar	50	1.500	30.000	0,08%
Mandioca	250	3.750	15.000	1,28%
Banana	200	140	700	0,54%
Café	11.800	12.390	1.050	2,38%
Coco da baía	75	210	2.800	5,0%
Laranja	80	4.800	60.000	3,23%
Abacate	25	350	14.000	2,31%
Mamão	8	240	30.000	0,065%

Obs - 1º lugar no estado (safra arroz) 2º Colatina

5.3 - SETOR SECUNDÁRIO

O setor secundário caracteriza-se em Barra de São Francisco pela existência de algumas indústrias voltadas para o atendimento da demanda local e outras que são beneficiadoras de matéria-primas do próprio Município.

GÊNEROS	PRODUTOS	QUANTIDADE
- Indústrias de produtos minerais não metálicos	Lajes, blocos de cimento.	02
- Indústria metalúrgica	Grades, janelas, portões, básculas.	03
- Indústria mecânica	Pecas usinadas e reparos com torno mecânico.	01
- Indústria do imobiliário	Móveis em geral, colchões.	07
- Indústria produtos alimentares	Leite e derivados, pães, bolos, café torrado.	07
- Indústria de bebidas	Aguardente de cana, vinho e licor.	02
- Indústria editorial e gráfica	Impressos gráficos, material escolar, material propaganda.	02

Fonte: IDEIES - Cadastro Industrial do Espírito Santo - 1990.

5.4 - SETOR TERCIÁRIO

A situação do setor terciário, que compreende o comércio e serviços do Município, apresenta características bastante definida e diversificada, com relativa autosuficiência para atender a demanda local, constituindo-se em um pequeno polo atrativo nesses setores, sem contudo apresentar uma dimensão regional, cujo papel está delegado à cidade de Colatina.

No quadro a seguir, apresenta-se um demonstrativo da arrecadação do ICMS e sua importância por setor de atividade econômica do Município:

ANO	TOTAIS NOMINAIS P/SETOR			TOTAL GERAL DO MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO DO MUNIC./ ESTADO
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO		
1981	16.527,00	8.209,00	30.730,00	85.166,00	0,42%
1985	2.392.230,00	297.282,00	2.147.642,00	4.837.154,00	0,39%
1990	18.855.267,00	3.033.047,00	39.255.677,00	61.123.951,00	0,15%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo.

6.

ASPECTOS AMBIENTAIS

"O dirigente Municipal que ainda pensa que preservar o meio ambiente é preocupação de românticos está perdendo tempo e, mais do que isso dinheiro. Ou, pior, votos. O mesmo vale para os que entendem que qualidade de vida se resume só em sombra e água fresca. A água, de preferência deve ser mesmo fresca — e limpa —. E é sempre bom dispor de alguma sombra. Mas qualidade de vida é muito mais. Depende de um desenvolvimento bem planejado, capaz de estimular uma atividade econômica bem equilibrada, que conduza à riqueza, à produção e ao emprego, o que significa também uma arrecadação de impostos satisfatório, que permita ao poder público prestar bons serviços e atender os direitos básicos dos cidadãos, à saúde e à educação.

Ao contrário do que se possa imaginar, as medidas que podem atingir esses objetivos são simples, exigindo-se tão-somente rigor e determinação política.

No âmbito municipal, há exemplos de como incentivar o potencial econômico local, em vez de perseguir uma modernidade espelhando-se em modelos de outros países, cuja realidade é completamente diferente".

Das 76.900ha de área do Município, ou 5.040ha, são de remanescente da Mata Atlântica.

O Município tem se preocupado com a questão ambiental, contando com um Conselho Municipal para proteger o Meio Ambiente, por força da Lei 028/89. Pela lei, ficou criada a Secretaria Municipal para Assuntos de Meio Ambiente, além do Conselho, formado por vários segmentos da sociedade.

Na prática, esta lei favoreceu a construção de uma Comissão responsável pelo levantamento de todos os olhos d'água e nas

*Dirigente Municipal - Volume XXIII - nº 7, jul/1992.

centes do Município. A partir deste inventário, será iniciado um trabalho de recuperação da cobertura florestal em um raio de (100) cem metros destes locais, cuja medida visa reverter o atual quadro de assoreamento e a morte de muitos córregos da região.

O Município conta com um horto florestal, que dentre outras finalidades, se constitui e inclui a implantação de centro de vivência, destinado a estudos por parte dos ambientalistas e a produção de mudas ornamentais. Consta ainda do programa, o plano de recuperação da Mata Atlântica e de Bosques Tropicais, objetivando demonstrar aos produtores rurais a viabilidade de utilização de essências naturais, com finalidade ecológica e econômica.

PARTE II

POTENCIALIDADES LOCAIS/OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

7. POTENCIALIDADES LOCAIS/OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

A geração de empregos e de oportunidades econômicas são premissas fundamentais para recuperação e melhoria da qualidade de vida das populações locais. Sem oportunidades de trabalho e sem alternativas econômicas, de nada adiantará dotar os municípios/regiões de infra-estrutura e melhorar os serviços públicos. A população irá migrar necessariamente para locais onde for possível obter rendimentos e prover o seu sustento. Assim, a questão econômica assume importância e sobressai como a vertente principal na proposta de interiorização do desenvolvimento.

A linha básica de ação no campo econômico se orienta para os pequenos e médios negócios, aproveitando a oferta local de matérias-primas adequando-a a certos requerimentos espaciais enquanto vocação/vantagens locacionais, estáticas e dinâmicas, capazes de impactar de forma conseqüente o tecido sócio-econômico e ambiental dos vários subespaços constitutivos da realidade estadual.

7.1 - ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS

7.1.1 - VILA INDUSTRIAL

A questão do desenvolvimento econômico social do município de Barra de São Francisco, de acordo com o Secretário de Indústria e Comércio da Prefeitura, deve se viabilizar com a implantação do projeto da "**Vila Industrial**", que irá ocupar uma área de 23 (vinte e três) alqueires de terra, já adquiri

da pela municipalidade. Esta área deverá abrigar as indústrias que desejarem lá se instalar, com uma parcela sendo destinada ao uso residencial da própria **"Vila"**.

O projeto elaborado pela Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura, denominado **"Barra de São Francisco Rumo ao Desenvolvimento"**, já está atraindo para o Município uma série de pequenas e médias empresas, com a perspectiva de gerar, no ano de 1993, 1.500 empregos diretos. Nesse sentido, estão sendo contactados empresários, notadamente do estado de São Paulo, visando articulações para implantação de algumas indústrias já listadas, tais como: de derivados do leite, de alimentos, eletro-eletrônica, de doces, de confecções, de construção civil, metal-mecânica e metalurgia.

7.1.2 - GERENCIAMENTO, INCENTIVOS E VANTAGENS

Foi criada, no âmbito do município, com a participação de vários segmentos da sociedade local, a **"Companhia de Desenvolvimento de Barra de São Francisco"**, com a função de gerir nos próximos anos a **"Vila Industrial"**, objetivando, fundamentalmente, o desenvolvimento sócio-econômico do município.

Como forma de incentivo e vantagens às empresas que queiram se instalar na **"Vila Industrial"** de Barra de São Francisco, a Prefeitura concede 06 anos de isenção de impostos, além de outras facilidades, como doação (preço simbólico) do terreno, a ser dado como garantia de pagamento dos contratos de financiamentos firmados com as instituições de crédito que venham aderir à esses investimentos.

7.1.3 - ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS

Através do Decreto nº 001/92, o Prefeito Municipal de Barra de São Francisco, usando da autorização que lhe foi concedida pelo Artigo 2º da Lei Municipal nº 151/91, concede isenção de impostos e taxas municipais, até 31 de dezembro de 1996, para as indústrias que se instalarem no município até 31 de dezembro de 1992.

7.1.4 - OUTROS INCENTIVOS

Os incentivos e benefícios fiscais e financeiros que o Espírito Santo oferece as empresas interessadas em realizar seus investimentos no Estado são os seguintes:

- a) FUNRES — Fundo para Recuperação Econômica do Espírito Santo, constituído dos recursos decorrentes da opção das pessoas jurídicas, com sede no Espírito Santo, de aplicar em investimento no Estado parcela de 33% do imposto de renda devido e de 5% do ICMS a ser recolhido.

O apoio do FUNRES é efetivado nas seguintes modalidades:

- . FUNRES - Subscrição de Debêntures
(Conversíveis/não Conversíveis)

Subscrição de 25% a 75% do capital da empresa (correspondente ao investimento, menos o financiamento), juros de 4% ao ano, mais TR, com prazo de até 8 anos, incluída a carência.

- . FUNRES - Participação Societária

Participação societária de 25% a 75% do capital da empresa (igual a investimento menos financiamento), com dividendo mínimo prioritário de 5% ao ano.

. FUNRES - Opção Direta

A empresa pode utilizar até 70% do valor das opções do IR e ICMS por ela efetuadas, para aplicação em projetos próprios, sem juros e sem correção monetária.

. FUNRES - Financiamento

Financiamento de até 85% do investimento total, com juros de 5% a 11% ao ano, mais TR, com prazo de 7 anos, incluída a carência.

b) Postergação do ICMS (por 5 meses, sem juros e sem correção monetária)

Instrumento fiscal complementar para estimular a realização de novos investimentos visando a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado:

A) Para o faturamento, postergação de 6 meses por um período de 36 a 48 meses;

B) Para compra de equipamento fora do Estado, findo o prazo de postergação, o valor a recolher pode ser financiado em até 12 meses, com pagamento corrigido pela TR.

Considerando por hipótese uma inflação de 10% ao mês, a postergação equivaleria, na prática, a uma redução de 77% no valor do ICMS a pagar no final do prazo.

c) FUNDAP — Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias

Incentivo financeiro para incremento do giro comercial das empresas. Objetiva expandir a economia do Estado através do aumento das importações e exportações, bem como promover novos investimentos.

Financiamento de até 8% do valor das vendas das empresas importadoras e exportadoras, juros de 3% ao ano durante a

carência e de 6% ao ano durante a amortização, com prazo de 15 anos, incluída a carência de 5 anos.

Na prática o FUNDAP permite a obtenção pela empresa de ganhos extras que variam de 4,2% a 15,7% sobre as vendas conforme a inflação oscila entre 1% e 30% ao mês.

7.1.5 - APOIO INSTITUCIONAL

O Estado do Espírito Santo conta atualmente com um sistema institucional de apoio ao empresário investidor, envolvendo órgãos da administração direta e indireta do Executivo Estadual, e organismos Federais e Entidades de Classe, entre os quais se destacam:

a) SEDES — Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

A SEDES, através do Núcleo Especial de Promoção do Desenvolvimento Econômico, tem como objetivos principais a identificação e promoção de negócios, o estudo e proposição de medidas fiscais que estimulem a instalação de novas indústrias, prestação de assistência a empresários interessados em investir no Estado, acompanhar e apoiar a implantação de novos projetos e expansões, elaboração de perfis setoriais e de negócios.

b) GERES — Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

O GERES, criado pelo decreto-lei 880, de 18/09/59, é um órgão colegiado, sob a coordenação do Ministério da Economia, que tem por finalidade: identificar oportunidades de investimentos, aprovar e apoiar planos, pesquisas e estudos relativos a recuperação econômica do Estado do Espírito Santo; articular-se com organismos oficiais de desenvolvimento, com vistas à execução de programas e projetos lo

calizados no Espírito Santo; disciplinar e administrar os recursos financeiros que compõe o FUNRES; analisar e aprovar os projetos e programas destinados a obter assistência financeira com recursos do FUNRES; acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos e programas, bem como autorizar a liberação, pelo banco operador do sistema - BANDES, dos recursos a ele atribuídos.

c) BANDES — Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A

O BANDES, vinculado à SEDES, financia: projetos de implantação, expansão ou realocação de empresas, além de capital de giro, importação e exportação, modernização, racionalização e desenvolvimento de atividades industriais, agrícolas, turísticas, comércio, prestação de serviços essenciais, infra-estrutura, cultura e ao setor público, financia ainda projetos de desenvolvimento tecnológico e controle ambiental.

Além de seus recursos próprios e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), ele mobiliza e repassa recursos de várias fontes como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Central do Brasil, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

d) BANESTES — Banco do Estado do Espírito Santo S.A.

O BANESTES é um banco comercial, cuja multiplicidade de ações absorve os mesmos serviços de uma instituição privada. Junto com o BANDES, o BANESTES apoia atividades empresariais, principalmente com financiamentos para a indústria, agricultura e o setor de serviços.

e) SUPPIN — Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial

A SUPPIN, órgão vinculado à SEDES, presta todo o apoio ao empresário na aquisição de terrenos em distritos industriais por ela administrados em todo o Espírito Santo, além de ser responsável pela implantação e manutenção da infra-estrutura dessas áreas.

f) Outros:

- Destacam-se ainda a CETUR - Coordenação Estadual de Turismo (vinculada à SEDES) e as entidades de classe: FINDES - Federação das indústrias do Espírito Santo (à qual se vincula o IDEIES - Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo) e a Federação do Comércio do Espírito Santo.
- No âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento econômico - SEDES, foi criado o PROIN - Programa de Interiorização de Investimentos, com objetivo de desenvolver um trabalho conjunto de arrecimação de empresas e recursos que desejarem se instalar no Município. Este trabalho se dará através de assinatura de protocolo de intenções, entre a SEDES e Prefeituras Municipais.

7.1.6 - MÃO-DE-OBRA

A Prefeitura tem se preocupado com a questão da mão-de-obra a ser ocupada nas indústrias a serem instaladas no Município. Para tanto, tem firmado compromisso com os empresários, no sentido de que o pessoal a ser contratado seja local, exceto em casos onde a exigência de mão-de-obra aponte para notória especialidade. Para tanto, a preparação da mão-de-obra será incentivada no próprio Município com a profissionalização do jovem local, através de convênios com órgãos como o

SEBRAE, SENAC, SENAI, como garantia de um projeto mais am
plo, visando a fixação da população nos seus subespaços re
gionais.

7.1.7 - APOIOS INFRA-ESTRUTURAIS

a) Transportes

- Rodovias

Todos os municípios do Espírito Santo estão interliga
dos por estradas asfaltadas. Das oito rodovias fede
rais com trechos no Estado, as mais importantes são: a BR-101
que une o Brasil de norte a sul, atravessando o Estado
pelo litoral, e BR-262 que o corta no sentido transver
sal, ligando Vitória ao Mato Grosso do Sul, passando por
Minas Gerais. Cabe citar ainda a BR-269 que liga João
Neiva a Baixo Gandu (próximo a divisa do Espírito San
to com Minas Gerais) passando por Colatina, e a BR-482
que liga Safra (em Cachoeiro de Itapemirim) a Dolores do
Rio Preto (também na divisa com Minas Gerais).

O Estado dispõe de 42.362Km de rodovias em condições de
tráfego, sendo 5.582Km de estradas federais e estaduais
e 36.780Km de rodovias municipais.

O programa de recuperação das rodovias estaduais, ini
ciado em dezembro de 1991 e duração de 2,5 anos, con
ta com recursos de US\$ 104 milhões, dos quais 85% são
provenientes do Banco Interamericano de desenvolvimen
to (BID).

- Ferrovias

O Espírito Santo é servido por dois importantes ramais
ferroviários: a estrada de ferro Vitória-Minas (opera
da pela CVRD), no sentido transversal, com capacidade
de 120 milhões de toneladas/ano destinada basicamente ao

transporte de minério de ferro e produtos siderúrgicos para a exportação; e pela Estrada de Ferro Leopoldina, (da RFFSA) que corta o Estado no sentido longitudinal, ligando Vitória ao Rio de Janeiro, com capacidade de 8 milhões de toneladas/ano, transportando principalmente calcário, cimento, mármore e produtos siderúrgicos.

Neste setor encontram-se em negociação três importantes projetos:

. Corredor de Transportes Centro-Leste:

Visa complementar a ligação ferroviária do Centro-Oeste do Brasil aos portos do Espírito Santo, com a utilização também da Estrada de Ferro Vitória à Minas, para escoamento da produção dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás (inclusive Distrito Federal) e Minas Gerais (bem como as instalações portuárias) para exportação de 10 milhões de toneladas/ano de grãos, com investimento de US\$ 250 milhões e início de operação em 1993.

. Ramal Ferroviário Norte

Consiste na ligação de Helvécia, no Sul da Bahia, com o ramal Portocel, em Aracruz, integrando o Norte do Estado e permitindo o escoamento da celulose da Bahia-Sul e da fábrica de celulose da CVRD (em projeto) pelos portos do Espírito Santo, além do transporte de madeira (eucalipto), granito e sal-gema, com cargas totais estimadas de 5 milhões de toneladas/ano e investimento previsto de US\$ 250 milhões.

. Ramal Ferroviário Sul

Modernização da Estrada de Ferro Leopoldina, no trecho Vitória à Campos, visando o escoamento de produtos do Estado para o sul do País, principalmente placas de aço da CST, com retorno de cargas do norte Fluminense e de mármore, calcário e granito do sul do Estado para os portos do Espírito Santo.

b) Sistema Portuário

O sistema portuário no Estado é composto de seis modernos portos que em 1990 movimentaram 90 milhões de toneladas, gerando uma receita cambial de US\$ 4 bilhões.

Esses números classificam o Espírito Santo como o primeiro lugar em tonelagem movimentada (48,7%) do total do país, e segundo lugar em receita (12,61%) do total do país.

- Porto de Tubarão

Privativo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), tem capacidade de embarque de 30 mil toneladas/hora de minério de ferro ou pellets, além de desembarque de derivados de petróleo. Recebe navios de até 300 mil TDW. Em 1990 movimentou 38 milhões de toneladas de minério de ferro, 19 milhões de toneladas de pellets e 1 milhão de toneladas de gusa. Possui projeto para movimentação de grãos e realização de embarque de cargas combinadas com minério de ferro.

- Porto de Praia Mole

Privativo, atende a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST - que o opera), a Usiminas e Açominas na importação de carvão e na exportação de produtos siderúrgicos, com capacidade de carregamento de até 560 mil toneladas/mês. Recebe navios de até 250 mil TDW. Movimentou 11,1 milhões de toneladas de cargas de 1990, das quais 6,9 milhões de toneladas de carvão siderúrgico.

Está previsto pela CODESA a construção de instalações de grande porte para manuseio de containers.

- Porto de Vitória

Porto público operado pela Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) está aparelhado para movimentar todo tipo de carga. Recebe navios de até 60 mil TDW. Movimentou 5,2 milhões de toneladas de cargas em 1990, sendo 2,3 milhões de toneladas de ferro gusa; 832 mil toneladas de produtos siderúrgicos; 246 mil toneladas de soja; 181 mil toneladas de café e 170 mil toneladas de granito.

- Porto de Regência

Privativo, operado pela PETROBRÁS, para embarque do petróleo extraído no norte do Estado. Recebe navios de até 30 mil TDW. Movimentou 786 mil toneladas de cargas em 1990.

- Porto de Barra do Riacho (ou Portocel)

Porto público com berço privativo operado pela Aracruz Celulose para suas cargas de celulose e sale da CENIBRA - fábrica de celulose localizada em Minas Gerais. Recebe navios de até 70 mil TDW. Movimentou 852 mil toneladas de cargas em 1990, sendo 15 mil toneladas de sal importado.

O porto dispõe de área abrigada suficiente para mais 10 berços, podendo atingir a capacidade de 10 milhões de toneladas/ano de cargas diversificadas.

Face a sua localização, afastado da zona urbana, servido por ramal ferroviário com grande disponibilidade, é intenção da CODESA dotá-lo brevemente de mais um berço para operação.

- Porto de Ubu

Privativo, operado pela Samarco Mineração, com capacidade para exportação de 20 milhões de toneladas/ano de

pellets de minério de ferro. Movimentou 8,7 milhões de toneladas de cargas em 1990.

7.2 - POTENCIALIDADES AGROPECUÁRIAS

7.2.1 - CAFÉ

Classificado em primeiro lugar como produto mais rentável da economia agrícola do Município, a cultura do café está em crise, assim como na grande maioria dos municípios capixabas.

Até 5 (cinco) anos atrás, havia uma preocupação ostensiva por parte dos agricultores no tratamento adequado da plantação do produto.

Desmotivação com a queda constante de preço, poucos são os que ainda continuam tratando suas plantações adequadamente, encontrando-se a maioria das áreas plantadas em abandono total. É comum se notar em meio aos cafezais, verdadeiros capinzais, parecendo mais uma pastagem do que lavoura de café. Só não está havendo uma erradicação total, porque esta se torna muito caro, a grande maioria dos produtores encontram-se empobrecidos. (Informações dadas pelo técnico da EMATER-Local).

A atual lei dos defensivos agrícolas, é outro problema enfrentado pelos produtores rurais. O alto preço dos agrotóxicos, cujo receituário é fornecido e vendido, em muitos casos, pelo "Dono da Casa do Adubo", tem encarecido ainda mais o custo da produção.

7.2.1.1 - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A questão da comercialização do café é outro problema que necessita de uma solução urgente. As associações de pequenos produtores do município de Barra de São Francisco, estudam a possibilidade de se associarem à COABRIEL (São Gabriel da Palha), no sentido de garantir o preço, como também a venda em bloco do produto.

7.2.1.2 - QUALIDADE PRODUTIVIDADE

No entender do técnico da EMATER-local, com a experiência e conhecimento que sua atividade lhe confere, a cultura do café deve ser produzida em áreas menores, possibilitando o tratamento adequado, num processo que se inicia com a melhoria da espécie, garantindo a qualidade e produtividade. Algumas experiências têm demonstrado que este é o melhor caminho, notadamente na visão dos agricultores que pensam um pouco a longo prazo, (não se limitando apenas no imediatismo) na perspectiva de que daqui a uns 02 (dois) anos o preço do café possa melhorar.

7.2.2 - OUTRAS CULTURAS

Apesar do café ser a cultura que ainda predomina nas propriedades rurais do Município, com um retorno financeiro que não vem cobrindo os custos da produção, continua sendo a de maior expressividade em termos de áreas plantadas.

Entretanto, subsistem outras culturas que, a nível de subsistência, são cultivadas na região.

a) Arroz

Produto com preço estabilizado. O município de Barra de São Francisco é o primeiro produtor do Estado. Sua produção é totalmente comercializada de forma contrabandeada para o sul do Estado da Bahia e outros municípios capixabas. Sua produção permite a instalação de uma agroindústria para beneficiamento e empacotamento do produto.

b) Milho

O município de Barra de São Francisco já ocupou o quarto lugar na produção do milho. Hoje, relegado a uma situação de cultura paralela, pelos baixíssimos preços do mercado (Cr\$ 15.000 a saca) com seu custo de produção chegando a Cr\$ 24.000 a saca, não há interesse dos produtores em investir nesta lavoura. Existe, a nível de subsistência, com baixa produtividade e só é plantado, quando há tempo e com mão-de-obra disponível. Com área plantada em torno de 3,5ha e produção de 4,5 toneladas, o Município importa o produto dos estados de Goiás e Rondônia, em plena safra, não havendo inclusive, interesse pelo excedente produzido no Município. (Informação prestada pelo técnico da EMATER-Local).

c) Mandioca

Toda produção é beneficiada fora do Município e depois volta para ser comercializada no local.

7.2.3 - ALTERNATIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA

A agricultura, atividade de notória complexidade, é a que mais exige e absorve os mecanismos de modernização.

O município de Barra de São Francisco, vem experimentando algumas experiências na diversificação das culturas agrícolas, buscando ampliar as atividades econômicas. Algumas delas, necessitam de técnicas modernas que possibilitem seu sucesso, como tratamento adequado do solo, plantio e irrigação. Entretanto, é necessário o incentivo e acompanhamento técnico sistemático dos órgãos públicos nesta área, para melhor orientar os produtores rurais, na tentativa de inserir alguns itens gerenciais que visem otimizar qualidade, produtividade, eficiência e redução de custos.

a) Seringueira

Experiência sem sucesso por falta de mercado.

b) Pimenta-do-Reino

O solo não é propício. Existe um fungo chamado "**Fuzário**", difícil de ser dominado, pela falta de recursos técnicos para trabalhar o solo.

c) Mamona

Experimentação não deu sorte, pelo mesmo problema do fungo e condições técnicas de combater o parasita.

d) Macadâmia

Essa cultura necessita de clima regular para o seu bom desenvolvimento. (Precisa de chuvas regulares).

O município de Barra de São Francisco encontra-se na Região do polígono das secas, com chuvas nos meses de outubro, novembro e dezembro. Com uma topografia bastante ondulada, a irrigação iria exigir técnicas muito caras para resolver este problema, e no final, o preço não compensaria.

7.2.4 - FRUTICULTURA

a) Maracujá

O clima e o solo são propícios à essa cultura, não necessitando de adubos nem pesticida.

Está em experimentação e há interesse de um produtor no plantio de 5 (cinco) mil pés.

b) Abacaxi e Manga

Estas culturas no Município, somente servirão para fins industriais, pelo excessivo uso de defensores químicos.

c) Laranja

Aproveitamento na agroindústria.

d) Abacate

Usado atualmente para fazer sabão e tratar porco.

e) Coco verde

Produção de 40 (quarenta) mil kgs por mês, podendo render três vezes mais no verão.

f) Banana

Cultivada em todo o município, hoje saem por semana cerca de 75 toneladas a serem comercializadas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória. É cultivada a banana prata (maior consumo), maçã, e nanica. No caso da banana nanica, sua produção está mais ligada à industrialização. Algumas experiências industrializantes com esta qualidade no Município, estão necessitando do aprimoramento das técnicas utilizadas, principalmente na questão do "ponto" para os doces.

7.2.5 - PISCICULTURA

A criação de peixes com fins comerciais é uma atividade nascente alternativa e em franco desenvolvimento em Barra de São Francisco, fruto de trabalho conjunto da prefeitura municipal e da EMATER.

Em 1990, a Prefeitura construiu 87 poços para 62 proprietários do Córrego São José.

A partir desse trabalho, o supervisor local da EMATER, Marivaldo Araújo Silva, acredita que o Município pode se transformar em um pólo regional de produção de alevinos e peixes para consumo.

No Córrego São José, foram construídos 3.002 metros quadrados de poços, o suficiente para produzir três toneladas de peixes.

A comprovação da lucratividade do negócio, segundo o técnico Dante Novaes - EMATER, está no trabalho desenvolvido no Vão Fundo pelo produtor José Laver, que tem 25 mil metros quadrados de tanques, mas utiliza apenas 10 mil metros na

produção de alevinos sem qualquer cuidado especial; Ele já pagou o investimento com a produção de outros 10 mil metros quadrados. (Revista Evidência - Ano I - Número 1 - janeiro de 1991).

Além de ser uma excelente fonte de alimentação alternativa para a população local, com custos reduzidos, o excedente pode ser comercializado com outros mercados, com retorno financeiro garantido.

7.3 - POTENCIALIDADES INDUSTRIAIS

7.3.1 - INDÚSTRIAS

a) Fábrica de Blocos de Cimento e Estrutura Metálica

Através da Companhia de Desenvolvimento de Barra de São Francisco, a prefeitura vem incentivando a instalação de uma fábrica de blocos de cimento e uma de estrutura metálica, visando, principalmente, atender à demanda local da indústria da construção civil.

b) Em fase de ajustes finais para implantação, estão as indústrias de vassouras e beneficiamento de arroz e milho, todas elas, tidas como potencialidades de investimento imediato.

c) Extração e Beneficiamento de Granito

Muito embora, o granito seja uma matéria-prima em abundância na região, de ótima qualidade e mercado garantido, este investimento necessita de um delineamento mais preciso, vez que, sua exploração está intrinsecamente ligada a um custo ambiental, e que portanto, requer tecnologias moder

nas e racionalidade na produção.

No entanto, é uma potencialidade econômica a ser inserida nos processos produtivos da região.

7.3.2 - AGROINDÚSTRIAS

As mudanças que vem ocorrendo na economia, de um modo geral, têm orientado redimensionamentos e redirecionamentos dos gastos com os investimentos produtivos. Não se aceita mais o desperdício de qualquer natureza.

Por características, a agricultura e pecuária, sempre foram fontes de desperdício de produção que hoje devem ser aproveitadas, com o beneficiamento e transformação de produtos em exploração econômica.

As agroindústrias, nesse contexto, passam a exercer papel preponderante no desenvolvimento da economia municipal.

No documento elaborado pela EMATER - Escritório local, em setembro de 1991, foram levantados alguns produtos e subprodutos regionais que podem ser processados e potencializados em função direta do mercado consumidor, que hoje estão sobrando ou sendo subutilizados. Estão, incluídos também, aqueles que têm potencial imediato de produção gerando excedente:

- Banana (doces, polpa beneficiada-semiacabada, doces cristalizados, passas)
- Abacaxi (doces em compota, passas, suco)
- Goiaba (doces, suco)
- Tomate (massas, suco)

- Legumes e verduras (pickles, conservas em água e sal)
- Caju (suco)
- Maracujá (suco)
- Manga (suco)
- Mamão (doces, suco)
- Carambola (suco)
- Laranja (sucos, doces, bebidas alcoólicas)
- Limão (suco)
- Milho (fubá, canjica, farinha)
- Mandioca (biscoitos, farinha, polvilho-doce/azedo)
- Cana-de-açúcar (açúcar mascavo, doces, bebidas, melado)
- Coco (doces, bebidas)
- Araruta (polvilho)

Ainda, segundo esse mesmo levantamento, a maioria destes pro dutos tem vegetado espontaneamente na região, e, na maioria delas, estão sendo abandonados por falta de uma política de comercialização.

Nesse sentido, três frentes de serviços devem ser prioriza das: 1º) seleção do mercado comprador; 2º) seleção dos pro dutos a trabalhar e 3º) seleção e implantação das microíndús^{tr}ias que devem iniciar.

Com relação ao mercado comprador, a EMATER sugere que se faça uma pesquisa dentro de um raio de 500km com a identificação de grandes fábricas que trabalham e estejam precisando

de polpa de banana, suco de maracujá e outras frutas tropicais que existem no Município. Orienta, também, para estabelecer parceria com entidades públicas, como exemplos, : a Coordenação de Merenda Escolar e LBA, no sentido de firmar contratos de compra dos produtos processados nas agroindústrias locais, garantindo, à priori, o pagamento da dívida do investimento, e a manutenção deste, seria garantido através de mercados particulares pré-selecionados.

No que se refere aos produtos a serem selecionados, é uma função direta do mercado consumidor, com a identificação de quem vai comprar e o que vai ser comprado para depois selecionar as linhas a serem trabalhadas.

Com esta visão, acrescida da avaliação das condições climáticas, de solo e tradição agrícola no suprimento da matéria-prima, fica a sugestão da instalação no Município de algumas agroindustriais, ainda sem o seu devido dimensionamento:

- a) Fábrica de doces, tendo como base a banana e contemplando outros frutos regionais, com uma fábrica de sucos;
- b) Beneficiamento e empacotamento de cereais como milho (fubá, canjica e farelo), feijão e arroz catados, e produtos da mandioca, (farinha e polvilho);
- c) Abatedouro de nível municipal com aproveitamento de farinha de osso, colas, farinha de sangue e sabão;
- d) Indústria de embutidos e defumados;
- e) Instalação de farinheiras.

7.4 - POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

Desde meados de novembro de 1990, o município de Barra de São Francisco possui uma praia.

Formado pelas águas do Rio São mateus, o balneário de Água Doce localizado no distrito de Paulista, fez da **"Cachoeira do Granito"** um ponto turístico de atração regional para amenizar o **"severo"** verão do norte capixaba.

São beneficiários maiores deste balneário, os trabalhadores assalariados, que não dispõem de recursos para freqüentarem as praias distantes que se situam a mais de 200km do Município.

Dispondo de mínima infra-estrutura, a prefeitura municipal conseguiu recuperar a antiga sede da fazenda, arborizando e construindo uma ampla área aterrada com areia onde funcionam as quadras de volei e futebol, além de um amplo parque para estacionamento, banheiros em alvenaria, água potável, iluminação e área para camping.

Atualmente, e em especial, no período de verão, nos finais de semana há linhas regulares de ônibus para a cachoeira que fica a 18km pelo asfalto Barra de São Francisco-Ecoporanga e mais dois quilômetros em estrada de barro batido do asfalto até a cachoeira.

O prefeito municipal, através da Secretaria da Indústria e Comércio, vem desenvolvendo esforços no sentido de atrair investidores para o local para a construção de chalés, a serem alugados por temporadas. O objetivo é fazer do balneário **"Cachoeira do Granito"** um ponto de convergência do turismo regional, incluindo-o no roteiro da EMCATUR, interiorizando e descentralizando desta feita, o turismo no Estado do Espírito Santo.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

- Barra de São Francisco Rumo ao Desenvolvimento - Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco/Secretaria Municipal da Indústria e Comércio - Marco/1992.
- Revista Evidência - Ano I - Número I - Barra de São Francisco - Janeiro/1991
- Jornal Folha de Notícias - Ano X - Número 134 - Vila Velha - Maio/1992.
- Plano de Desenvolvimento Regional Integrado - PDRI - Relatório Municipal de Barra de São Francisco - 1983
- Agroindústrias para Barra de São Francisco - Relatório do Escritório da EMATER local - Setembro/1991
- Comissão Coordenadora do Relatório Estadual sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ES Eco-92 - Coletânea de Textos - Novembro/1991.
- Departamento Estadual de Estatística - DEE - Informações Municipais - 1990.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo - EMATER (ES) - Escritório local de Barra de São Francisco - Programação Anual de Trabalho - 1992.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-FIBGE - Delegacia Regional do ES - Coordenação de Pesquisas Agrícolas - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola-Abril/1992.

- FIBGE - Resultados Preliminares do Censo Demográfico - 1991.
- UFES - Convênio GERES/SEAG/SUPPIN/ARACRUZ CELULOSE S/A - Ela boração de Propostas de Estratégias de Desenvolvimento : Regional e Descentralização de Investimento no Espírito Santo - Setembro/1991.
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - Núcleo Especial de Promoção do Desenvolvimento Econômico - Perfil da Economia do Espírito Santo - Janeiro/1992.
- Instituto Jones dos Santos Neves - Perfis Sócio-Econômicos e Levantamento das Oportunidades de Investimento dos Municíípios de Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Boa Esperança e Águia Branca - 1992.

ANEXO

BANDES

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

LINHAS DE FINANCIAMENTO

**BANDES/POC - AUTOMÁTICO
COMÉRCIO E SERVIÇOS**

OBJETIVO

Apoio a investimentos fixos destinados a projetos de implantação, expansão e modernização.

BENEFICIÁRIOS

Micro, pequenas, médias e grandes empresas.

PARTICIPAÇÃO

- . Micro e pequena empresa: até 50% do investimento total
- . Média e grande empresa : até 40% do investimento total

ENCARGOS FINANCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Micro e pequena empresa	11,5% a.a.	T.R.
Média e grande empresa	12,0% a.a.	T.R.

PRAZO

Total de até 60 meses, incluindo carência de até 24 meses.

GARANTIAS

- . Reais: equivalentes, no mínimo, a 1,3 vezes o valor financiado
- . Pessoais: aval e/ou fiança de terceiros

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel. (027)223.8333 - Telex (027)2131 - FAX (027)223.6307

FINAME ESPECIAL

OBJETIVO

Financiamento de máquinas e equipamentos novos nacionais produzidos sob encomenda e que apresentem relevante acréscimo de tecnologia em relação a seus similares nacionais.

BENEFICIÁRIOS

- . Pessoas jurídicas, de Direito Privado, sediadas no Estado, controladas por capital nacional;
- . Pessoas jurídicas de Direito Público interno ou entidades direta ou indiretamente por elas controladas;
- . Programas integrados de Transporte Urbano de Passageiros.

PARTICIPAÇÃO

De 50% a 65% do Investimento total.

ENCARGOS FINANCEIROS

Para empresas de qualquer porte

- . Juros - 11% a 12% ao ano;
- . Reajuste Monetário - TR.

PRAZOS

Até 60 meses (a critério da FINAME, até 96 meses) com carência de 3 a 6 meses.

GARANTIAS

Alienação fiduciária, aval e outras, a critérios do Agente Financeiro.

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

PROGRAMA DE FOMENTO À COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

OBJETIVO

Financiamento a projetos previamente credenciados pelo BNDES, cujos objetivos sejam compatíveis com as diretrizes do Programa de Competitividade Industrial.

BENEFICIÁRIOS

Exclusivamente empresas industriais.

PARTICIPAÇÃO

- Operações de co-financiamento (FINAME + TDE) - até 80%
- Operação exclusiva TDE - até 100%.

ENCARGOS FINANCEIROS

- . Juros - máximo 12% ao ano;
- . Reajuste Monetário - TR.

PRAZOS

A serem definidos pelo Agente Financeiro.

GARANTIAS

Alienação fiduciária, aval, e outras a critério do Agente Financeiro.

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

FINAME AGRÍCOLA

OBJETIVO

Financiamento de máquinas e equipamentos novos fabricados no país com índice de nacionalização igual ou superior a 60%.

BENEFICIÁRIOS

- pessoas jurídicas, de Direito Privado, sediadas no Estado, controladas por capital nacional, classificadas no Setor Agrícola;
- pessoas físicas com comprovada atuação no Setor Agrícola;
- pessoas jurídicas de Direito Público interno ou entidades direta ou indiretamente por elas controladas;

PARTICIPAÇÃO

80% do investimento total.

ENCARGOS FINANCEIROS

Juros - 10% ao ano;
Reajuste Monetário - T.R.

PRAZOS

Múltiplos de 6 meses (semestral ou anual), com carências idênticas condicionais.

GARANTIAS

Alienação fiduciária dos bens financiados, ou outras, a critério da FINAME e do Agente.

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

BANDES/PRÓ--SEDA

OBJETIVO

Financiamento para plantio de amoreira e construção de barracão para criação do bicho-da-seda.

BENEFICIÁRIOS

Pequenos produtores rurais que não auferam renda de emprego fixo, cuja principal renda seja da propriedade agrícola e que usem predominantemente mão-de-obra familiar.

ENCARGOS FINANCEIROS

Juros - de acordo com o Manual de Crédito Rural do BACEN;
Correção - com base na variação do preço do casulo ou da TR, a que for menor.

PRAZOS:

Até 6 anos

GARANTIAS:

Hipoteca da propriedade e/ou aval de terceiros.

OBSERVAÇÃO:

Para outras informações, procurar:

- BANDES
- Escritório da EMATER
- Técnico da XANEBO SILK DO BRASIL

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

FUNRES/IFM

OBJETIVO

Apoio a projetos de implantação, expansão, realocização, modernização, racionalização, desenvolvimento tecnológico e controle ambiental.

BENEFICIÁRIOS

Empresas privadas nacionais, com sede no Espírito Santo.

PARTICIPAÇÃO

Deverão ser utilizados preferencialmente, de modo suplementar a outras fontes do FUNRES (participação acionária, debêntures), do BANDES, do sistema BNDES e de outras instituições financeiras, admitindo-se limite máximo de cobertura de 85% do investimento total.

ENCARGOS FINANCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	JUROS (*)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Micro e Pequena Empresa	6 a 8% a.a.	T.R.
Média e Grande Empresa	9 a 11% a.a.	T.R.

(*) Redução de 2 pontos percentuais quando se tratar de projetos industriais localizados fora da Grande Vitória e aqueles que tratam de desenvolvimento tecnológico e/ou preservação ambiental.

PRAZOS

Total de até 60 meses, incluindo carência de até 24 meses

GARANTIAS

- Reais: mínima de 1,3 vezes o valor financiado e/ou
- Pessoais: aval e/ou fiança de terceiros.

Av. Princesa Isabel, 54 - Centro - Vitória - ES

Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

POSTERGAÇÃO DE ICMS

OBJETIVO

Instrumento fiscal complementar para estimular a realização de novos investimentos no Estado, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.

DECRETO Nº 2.712, DE 12.10.88

Concede prazo especial para o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de até 180 dias contados do encerramento do respectivo período de aprovação, para empresas que venham a instalar novas unidades industriais, com efetivo impacto do empreendimento no desenvolvimento econômico e social do Estado, explicitado na geração futura de novos empregos, de renda e do ICMS, bem como no grau de desenvolvimento tecnológico do projeto. O período de concessão do benefício não poderá exceder a 36 meses, quando o empreendimento se localizar na Grande Vitória e a 48 meses quando se destinar a localização no interior do Estado.

DECRETO Nº 3.053-N, DE 02.10.90

Concede prazo especial de até 180 dias para recolhimento do ICMS devido na importação do exterior ou provenientes de outros Estados, de aparelhos, máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo fixo de empresa industrial localizada no Espírito Santo e que representem inovação tecnológica em relação ao maquinário existente na empresa e no parque industrial capixaba. Esse prazo poderá ser dilatado em até 360 dias. Nesse caso, o ICMS devido será corrigido monetariamente a partir do sétimo mês.

CONDIÇÃO ESPECIAL

Em ambos os casos, será determinante na concessão do benefício o histórico do interessado relativamente ao cumprimento de suas obrigações fiscais.

PROCEDIMENTO

Os benefícios deverão ser requeridos ao BANDES, sob a forma de carta-consulta ou projeto, e conter as especificações do maquinário a ser adquirido, sua procedência e nome do fabricante. O BANDES elaborará Parecer Técnico que será submetido à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e posteriormente à Secretaria de Estado da Fazenda para decisão.

FUNRES/SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES E AÇÕES

OBJETIVO

Apoiar a implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais, agropecuários, de pesca e de turismo, através de subscrição de debêntures conversíveis ou não em ações e através de subscrição de ações.

BENEFICIÁRIOS

Empreendimentos sediados ou que venham a se sediar no Espírito Santo, constituídos sob a forma de sociedade anônima.

PARTICIPAÇÃO

A participação do FUNRES pode variar de 25% a 75% do valor do investimento total, deduzida a parcela de financiamento.

ENCARGOS FINANCEIROS

- Debêntures: juros de 4% ao ano, pagáveis de 12 em 12 meses e calculado sobre o valor do principal atualizado com base na TR ou um outro índice que vier substituí-la.
- Participação acionária: Dividendo mínimo prioritário de 6% ao ano.

PRAZO DE VENCIMENTO (DEBÊNTURES)

- Projetos de pesca, agricultura temporária e criação de animais de pequeno porte: até 6 anos, incluindo a carência equivalente ao prazo de implantação do projeto.
- Projetos agroindustriais e de pecuária bovina e bufalina de leite, de corte e de reprodução: até 7 anos, incluindo a carência equivalente ao prazo de implantação do projeto.
- Projetos de agricultura de longo ciclo, inclusive fruticultura e de florestamento e reflorestamento: até 8 anos, incluindo a carência equivalente ao prazo de implantação do projeto.

CONVERSIBILIDADE DAS DEBÊNTURES

- Projetos de implantação : até 75% do total subscrito
- Projetos de ampliação, modernização ou diversificação: até 50% do total subscrito

Av. Princesa Isabel, 54 - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

FUNRES/MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

OBJETIVO

Financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e importados, para empreendimentos industriais, agrícolas, de pesca e de turismo.

BENEFICIÁRIOS

Pessoas jurídicas titulares de empresas privadas nacionais e, no caso da agropecuária e da pesca, pessoas físicas.

PARTICIPAÇÃO

Deverão ser utilizados preferencialmente, de modo suplementar a outras fontes, sobretudo do sistema BNDES, admitindo-se limite máximo de cobertura de 85% do investimento total.

ENCARGOS FINANCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	JUROS(*)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Micro e Pequena Empresa	6 a 8% a.a.	T.R.
Média e Grande Empresa	8 a 11% a.a.	T.R.

(*) Redução de 2 pontos percentuais quando se tratar de projetos industriais localizados fora da Grande Vitória e aqueles que tratam de desenvolvimento tecnológico e/ou preservação ambiental.

PRAZOS

Total de até 60 meses, incluindo carência de até 12 meses.

GARANTIAS

- Reais: mínima de 1,3 vezes o valor financiado e/ou
- Pessoais: aval e/ou fiança de terceiros

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 223.8333 - FAX (027) 223.8333

PROGRAMA FINAMEX (FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO)

OBJETIVO

Financiamento para fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos (exceto embarcações) que se destinem à exportação, nas modalidades pré e pós-embarque.

BENEFICIÁRIOS

Fabricantes nacionais exportadores de máquinas e equipamentos.

PARTICIPAÇÃO

- Pré-embarque: até 70% do valor FOB (Porto de embarque);
- Pós-embarque: até 85% do valor FOB (Porto de embarque).

ENCARGOS FINANCEIROS

- PRÉ-EMBARQUE

- . Juros - Libor mais 2% ao ano;
- . Del Credere - até 1,5% ao ano, acrescido aos juros;
- . Reajuste Monetário - variação média US\$.

- PÓS-EMBARQUE

- . Taxa de Administração - 0,25%;
- . Comissão de Cobrança fixada pelo Agente Financeiro;
- . Comissão de Compromisso a partir de 0,5% ao ano;
- . Taxa da FINAME - a partir de 7,5% ao ano;
- . Taxa de Risco do Agente - a partir de 0,75% ao ano.

PRAZOS

- Pré-embarque - até 30 meses;
- Pós-embarque - até 96 meses.

GARANTIAS

- Pré-embarque - penhor de direitos creditórios do Contrato de Exportação;
- Pós-embarque - aval ou fiança bancária

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

PROGRAMA DE CRÉDITO PARA CONSELHOS REGIONAIS CONVENIADOS COM O BANDES

OBJETIVO

Aquisição de Equipamentos de Informática.

BENEFICIÁRIOS

Profissionais de nível superior residentes no Espírito Santo, registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade, Administração, Economia, Engenharia, Medicina, Odontologia e Direito.

ENCARGOS FINANCEIROS

- . Juros - 2,5 % ao mês
- . Reajuste Monetário: pela variação da TRD.
- . Taxa de Abertura de Crédito: 1% na liberação do crédito.

PRAZOS

- . Carência: 06 meses.
- . Amortização - até 18 meses.

GARANTIAS

Pessoais - 2 fiadores

Obs.: os financiamentos para Pessoa Física, por força da legislação do Banco Central, sofrem uma taxa de 12% de IOF, descontada na liberação do crédito. Para Pessoas Jurídicas não existe esta taxa.

COMO OBTER FINANCIAMENTO NO BANDES

- a) Preencher formulário cadastral do BANDES (Pessoa Jurídica e/ou Física) no 2º andar do Ed. Caparaó
- b) Apresentar carta-proposta para aquisição do equipamento desejado.
- c) Anexar à carta proposta o orçamento do(s) equipamentos(s) a serem adquiridos.

Av. Princesa Isabel, 54 - 7º andar - Centro - Vitória - ES
Tel. (027)223.8333 - Telex (027)2131 - FAX (027)223.6307

FINAME AUTOMÁTICO

(TRANSPORTE RODOVIÁRIO)

OBJETIVO

Financiamento de máquinas e equipamentos novos fabricados no país com índice de nacionalização igual ou superior a 60%.

BENEFICIÁRIOS

- . Pessoas jurídicas, de Direito Privado, sediadas no Estado, controladas por capital nacional;
- . Pessoas jurídicas de Direito Público interno ou entidades direta ou indiretamente por elas controladas.

PARTICIPAÇÃO

- . Empresas de qualquer porte: 40% do investimento total;
- . Para ônibus a gás a participação é 45% do investimento total.

ENCARGOS FINANCEIROS

- . Juros: 12% ao ano
- . Reajuste Monetário: T.R.

PRAZO

12 a 36 meses, com carência de 3 a 6 meses.

GARANTIAS: Alienação fiduciária dos bens financiados, ou outras, a critério da FINAME e do Agente.

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

FINAME AUTOMÁTICO

OBJETIVO

Financiamento de máquinas e equipamentos novos fabricados no país com índice de nacionalização igual ou superior a 60%.

BENEFICIÁRIOS

- . Pessoas jurídicas, de Direito Privado, sediadas no Estado, controladas por capital nacional;
- . Pessoas jurídicas de direito público interno ou entidades direta ou indiretamente por elas controladas.

PARTICIPAÇÃO

- . Micro e Pequena Empresas: 70% do investimento total
- . Média e Grande Empresa: 60% do investimento total

OBS.: A participação do sistema BANDES/GERES conjugada com os recursos FINAME poderá ser de até 85% do investimento total.

ENCARGOS FINANCEIROS

DISCRIMINAÇÃO	JUROS	R.MONET.
. Micro e pequena empresa	8% a.a.	TR
. Média e grande empresa	11% a.a.	TR

PRAZO

Total de até 60 meses, incluindo carência de até 12 meses.

GARANTIAS: Alienação fiduciária dos bens financiados, ou outras, a critério da FINAME e do Agente.

Av. Princesa Isabel, 54 - 4º andar - Centro - Vitória-ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

PROGRAMA BOLSA DE ESTUDO REEMBOLSÁVEL

OBJETIVO

Aprimorar mão-de-obra de nível superior.

BENEFICIÁRIOS

Profissionais de nível superior residente no Espírito Santo.
Individual ou em grupo, sendo que neste caso através de convênios entre o BANDES e a instituição de ensino responsável pelo curso.
Os pedidos deverão ser encaminhados ao BANDES até 19 de fevereiro (para cursos que tenham início no 1º semestre).
- até 19 de agosto (para cursos que tenham início no 2º semestre).

ENCARGOS FINANCEIROS

- Juros - 4 % ao ano
- Reajuste Monetário: 65% da Variação da TR para quem não tem outra bolsa ou rendimento.
- 85% da variação da TR para quem tem outra bolsa ou rendimento

PRAZOS

- Mínimo 4 meses
- Máxima 48 meses
- Carência 6 meses após a última liberação.
- Amortização - dobro do período financeiro para cursos da área prioritária.
 - 1 1/2 o período financiado para cursos não prioritários

GARANTIAS

Pessoais - 2 fiadores

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel. (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

BANDES/POC-IMPORTAÇÃO

OBJETIVO

Financiar a importação de máquinas e equipamentos como parte de um empreendimento.

BENEFICIÁRIOS

Micro, pequenas e médias empresas dos diversos setores de atividade.

PARTICIPAÇÃO

Até 85% do valor FOB.

ENCARGOS FINANCEIROS

Juros - segundo Resolução nº 635/87, mais comissão de repasse de 3%.

PRAZOS

Até 60 meses.

GARANTIAS

Alienação fiduciária dos bens financiados, ou outras, a critério da FINAME e do Agente.

Av. Princesa Isabel, 54 - 5º andar - Centro - Vitória - ES
Tel (027) 223.8333 - Telex (027) 2131 - FAX (027) 223.6307

Dulce Elisa

VISTA PARCIAL DA CIDADE DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

Dulce Elisa

ÁREA ADQUIRIDA PELA PMBSF PARA IMPLANTAÇÃO DA
"VILA INDUSTRIAL"

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico

Secretaria de Estado
de Ações Estratégicas
e Planejamento



**instituto
jones
dos
santos
neves**



PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E LEVANTAMENTO DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS



MAPAS

Barra de São Francisco

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROJETO: INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

— **PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E LEVANTAMENTO DE
OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO**

MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

— **MAPAS**

VITÓRIA, JULHO/92

PROJETO : INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

**— PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E LEVANTAMENTO DE
OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO**

MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

— MAPAS

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Albuíno Cunha Azeredo

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Paulo Augusto Vivácqua

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PLANEJAMENTO

Luis Paulo Vellozo Lucas

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Mauro Roberto Vasconcellos Pylro

COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES BÁSICAS
Luciene Maria Becacici E. Vianna

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS BÁSICOS
Carmen Edy Loss Casotti

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Jussara Maria Chiappane

GERENTE DO PROJETO
Mozart Silva Júnior

EQUIPE TÉCNICA
Dulce Elisa Vereza Lodi - Administradora
José Jacyr do Nascimento - Historiador
José Saade Filho - Geógrafo
Kátia Malini Araujo - Assistente Social
Maria Inês Perini - Assistente Social
Mozart Silva Júnior - Advogado
Madalena de Carvalho Nepomuceno - Economista
Ronilda Fatima Zucatelli - Pedagoga

DATILOGRAFIA
Equipe do Setor de Datilografia do IJSN

DESENHO
Equipe do Setor de Desenho do IJSN

DESENHO DIGITALIZADO
Equipe da Central Gráfica do IJSN

CAPA
Lastênio Scopel (Assessoria de Comunicação do IJSN)

"Vedada a reprodução total ou parcial deste documento sem autorização escrita do IJSN".

MAPA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

ESCALA 1:500.000

MAPA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ASPECTOS NATURAIS

ESCALA 1:500.000

MAPA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

BÁSICO MUNICIPAL

ESCALA 1:50.000